

99/5

Wiliam Awad do Nascimento

A Formação dos Professores para a Educação dos Cegos

Rio de Janeiro
1999



Wiliam Awad do Nascimento

A Formação dos Professores para a Educação dos Cegos

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA MONOGRAFIA

Reitor: Hans Jürgen Fernando Dodhmann

Decano: Maria Teresa Wiltgen Tavares da Costa Fontoura

Diretor: Janete de Oliveira Elias

Chefe do Departamento: Adilson Florentino

Professora: Mônica Mandarino

A Formação dos Professores para a Educação dos Cegos

WILIAM AWAD DO NASCIMENTO

Trabalho monográfico apresentado à
Escola de Educação da Uni-Rio
como requisito parcial para a
conclusão do curso de Pedagogia.

Professor Orientador: LIANA O'CAMPO

RIO DE JANEIRO
1999

NASCIMENTO, Wiliam Awad. A Formação dos Professores para a Educação dos Cegos. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO, Centro de Ciências Humanas, Escola de Educação, 1999, 47 p.

N187 Nascimento, Wiliam Awad.

A Formação dos Professores para a Educação dos Cegos / Wiliam Awad do Nascimento. – Rio de Janeiro, 1999
47 f.

Trabalho monográfico apresentado à Escola de Educação como requisito parcial para a conclusão do curso de Pedagogia.

I. Formação de Professores. II. Deficiência Visual. III. O especialista da educação para cegos.

CDD 371-9
CDU XXX.XX

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram com a realização deste trabalho. Entre elas, gostaria de citar, particularmente, o quadro de professores da Universidade do Rio de Janeiro e do Instituto Benjamin Constant e também, aos colegas do curso, com quem muitas vezes troquei informações sobre o assunto que norteia este trabalho.

Não posso deixar de agradecer, de modo muito especial, à minha esposa que, carinhosamente ajudou-me na caminhada pelo término do curso, cuidando de nossos filhos e incentivando-me sempre na busca pelo conhecimento. A ela todo meu amor e admiração.

“Se o educador tiver uma cultura geral, que lhe permita organizar uma doutrina de vida e ampliar o seu horizonte mental, poderá ver o problema educacional em conjunto, de um ponto de vista mais largo, para subordinar o problema pedagógico ou dos métodos ao problema filosófico ou dos fins da educação”.

Anísio Teixeira

SUMÁRIO

1. Introdução	07
2. Breve Histórico	09
3. Deficiência Visual	17
3.1 Conceito	17
3.2 Classificação	17
3.3 Dados Estatísticos	18
3.4 Causas	18
3.5 Fatores de Risco	18
3.6 Identificação	19
3.7 Os cuidados com a visão das crianças	19
4. O especialista da educação para cegos	26
4.1 O Instituto Benjamin Constant	27
4.2 Os especialistas do Instituto Benjamin Constant	42
5. Conclusão	44
Referências Bibliográficas	46
Bibliografia	47

RESUMO

A pesquisa tem o seu foco principal na formação do professor especializado para a educação para os cegos, tendo em vista o grau de capacitação a ser adquirido pelo educador ao se tratar de tal abordagem. Procurou-se estabelecer nesta pesquisa uma condição de especialização "sine qua non" ao educador, para que o mesmo possa exercer sua função tratando de pessoas que necessitem de algo a mais do que um simples ato de aprender e ensinar. Após um relato histórico sobre a especialização do professor, será verificado os cuidados que devemos ter com a visão e do que trata o termo "deficiência visual". Vale ressaltar que não poderíamos deixar de falar sobre o Instituto Benjamin Constant e os profissionais que atuam naquele instituto. Com a conclusão do presente trabalho, foi assinalada e confirmada a extrema necessidade de uma especialização do professor da área de educação no campo da deficiência visual e o estímulo a ser dado aos novos educadores que estão se formando, isto visando sempre colocar a criança cega em primeiro lugar, para que a mesma tenha perspectivas de um futuro promissor na aprendizagem e na sociedade.

1. Introdução

A visão é o mais sofisticado e objetivo sentido do ser humano. É ela que nos permite o reconhecimento do mundo externo e fornece o relato minucioso que registra simultaneamente posição, forma, cor, tamanho e distância.

A percepção visual é uma função bastante complexa e está estreitamente relacionada com outras atividades sensoriais, particularmente com o tato e a cinestesia.

O déficit visual, portanto, não pode ser encarado isoladamente. A cegueira está intimamente relacionada com outros problemas e com a organização psicomotora do indivíduo como um todo, além de causar-lhe uma série de transtornos sociais.

Visando verificar a atual formação dos profissionais especializados na educação para cegos, busca-se uma correlação entre o meio educacional e os horizontes a serem alcançados através do mesmo.

Sabe-se que a escolha pela profissionalização é difícil e merece ser tratada com seriedade pelas partes envolvidas no processo educacional. De um lado, uma criança e/ ou jovem que possui todo um potencial para aprender, apenas necessitando do estímulo a ser dado por uma pessoa altamente qualificada para tal função. Ressalta-se que nesta relação não estão somente envolvidos os processos teóricos/práticos da alfabetização e sim uma situação de amor, carinho e compreensão para que o trabalho seja levado até o final.

Dentro de uma perspectiva de formação do atual profissional da educação especializado em cegos, procura-se traçar um perfil deste educador que além de ensinar a se manter uma relação a mais com os alunos, tende a preocupar-se em

destiná-los ao mercado, à aceitação da sociedade, de suas deficiências e potencialidades, fazendo com que se estabeleça uma troca de experiências de grande valor para ambos.

Neste estudo, se procurará obter as declarações de dois grandes professores especialistas na educação de cegos, e que atuam no Instituto Benjamin Constant, de onde se fará uma análise visando traçar ideais para melhoria das especialidades existentes no mercado.

A existência de um profissional especializado competente capaz de estimular o deficiente visual, é de extrema importância para se obter o máximo das potencialidades de adultos e/ou crianças cegas.

O estudo enfocando a formação dos professores quanto à educação para cegos é importante para se saber a qualificação dos mesmos e verificar os pontos que possam ser abordados para uma posterior melhora desta formação, tendo em vista as dificuldades encontradas.

Sabe-se que a realidade, ou seja, a prática é totalmente diferente da teoria. O estudo desta formação especializada levará em consideração os métodos pedagógicos oferecidos aos professores e a utilização na sala de aula.

Tal situação está sendo estudada porque não se vê divulgação, como em outras áreas, da importância de se atrair profissionais que tomem gosto por esta especialidade, contribuindo para o aumento desses educadores que possam dar aos alunos uma ajuda para se alcançar um objetivo em suas vidas, tendo consciência de suas limitações.

2. Breve Histórico

2.1 Marcos Históricos da Educação dos Cegos

As primeiras preocupações de cunho educacional em relação aos cegos surgiram no século XVI: Girolinia Cardoso – médico italiano – acreditava e testou a possibilidade de algum aprendizado de leitura através do tato e Peter Pontanus, Heming (cego) e o Padre Lara Terzi escreveram os primeiros livros sobre a educação dos cegos (Thelford, 1988.p.467-468).

Estas iniciativas tornaram o século XVI um marco na história da educação dos cegos.

No século XVIII, destaca-se o papel de Valentin Haiiy, que fundou em Paris o Instituto Real dos Jovens Cegos, a primeira escola para cegos.

No século XIX surgem na Europa e nos Estados Unidos outras escolas com o objetivo de promover a educação do cego. Mas, o fato que marcou este período foi o de que no ano de 1825, Louis Braille, jovem cego nascido na França e estudante do Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris criou um sistema de leitura a escrita em relevo, capaz de ser percebida através do tato. Seu invento assume grandiosa importância, pois fez romper uma barreira de comunicação enfrentada pelas pessoas portadoras de deficiência visual. Este sistema de leitura e escrita táctil, em homenagem ao seu criador, recebeu o nome de Sistema Braille.

As informações sobre os novos métodos e técnicas utilizados na educação de cegos na Europa, bem como uma nova mentalidade fundamentada na credibilidade da capacidade destes indivíduos, foram trazidas para o Brasil por José

Alvares de Azevedo, jovem cego que retornava de seus estudos, no Instituto Real dos Jovens Cegos, em Paris.

O Imperador D. Pedro II, motivado pelas idéias de José Álvares de Azevedo, decidiu criar no Brasil um colégio onde as pessoas cegas pudessem estudar.

Assim,

“de acordo com a autoridade inscrita no art.2o. do Decreto Imperial no.781, de 10 de setembro de 1854 e o Decreto Imperial no.1.428, de 12 de setembro de 1854, foi fundado na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, cuja instalação solene ocorreu em 17 de setembro do mesmo ano, no bairro da Saúde, Rua Lazareto no.3”. (SOMBRA,1983).

Estabelece-se nesta data o marco inicial da educação dos cegos no Brasil.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos após a República passa a denominar-se: Instituto dos Meninos Cegos (1889); Instituto Nacional dos Cegos (1890) e, finalmente, Instituto Benjamin Constant (1891). Segundo SOMBRA (1983), esta foi a primeira escola para cegos criada na América do Sul.

Mais tarde, outras instituições surgiram, como o Instituto São Rafael em Belo Horizonte, no ano de 1926 e o Instituto para Cegos Padre Chico em São Paulo no ano de 1927 (MASINI, 1994, p.50).

A preocupação em propiciar uma educação especial aos alunos portadores de deficiências evidencia-se no Estado de São Paulo em 1917, com a

criação da primeira “escola de anormais”, na Capital. Embora criada, pela Lei no.1.879, de 19/12/1917, a referida escola não chegou a ser instalada.

Os recursos educacionais atualmente destinados ao atendimento de alunos excepcionais, que constituem a chamada “Educação Especial”, referem-se aos serviços e auxílios especiais cuja finalidade é suplementar, apoiar e, em alguns casos, substituir o ensino em situação comum, de modo a proporcionar a cada educando a possibilidade de atingir níveis de desempenho compatíveis com suas características de aprendizagem.

A estruturação desses serviços e auxílios especiais exige recursos humanos devidamente qualificados, currículos especiais ou adaptados à clientela a que se destinam, além de recursos materiais apropriados ao desenvolvimento dos currículos. Para sua organização e desenvolvimento um dos elementos essenciais é a formação dos professores.

A formação de professores de excepcionais ou de educação especial, no Estado de São Paulo, ocorreu durante mais de uma década como especialização de nível de 2o. grau. Tal especialização, realizada após o Curso Normal de formação de professores primários, teve seus primeiros fundamentos legais no Decreto-Lei no.16.392, de 2/12/1946 e na “Consolidação das Leis do Ensino” instituída em 1947 pelo Decreto-Lei no.17.698.

Em 1957, pela Lei no.3.739 é reformulado o Ensino Normal no Estado de São Paulo. Nesta reorganização destacam-se: 1) a exigência de exame vestibular com vistas à verificação da maturidade e aptidão para o exercício do magistério e cultura geral mínima; 2) a possibilidade de instalação de cursos de especialização para atender à clientela excepcional; 3) fixação de três anos de exercício do

magistério para matrícula no curso de Administração Escolar e regulamentação dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e de Administradores Escolares.

O Ensino Normal, novamente objetivo de reorganização em 1961, tem os cursos de Especialização definidos como destinados à especialização de professores primários, tanto para a administração como para o ensino. Dentre os cursos especializados constam os de Especialização de Professores de Deficientes Mentais, Professores de Cegos e Professores de Surdos. A duração de tais cursos foi fixada em um ano para o estudos das seguintes disciplinas, aplicadas à respectiva área de especialização: 1) Anátomo-Fisiologia e Patologia; 2) Psicologia; 3) Pedagogia e Metodologia; 4) Artes; 5) Orientação Vocacional e Reabilitação.

Em 31 de maio de 1955, o Governo do Estado de São Paulo, através do Decreto no.24.606-A, autoriza o funcionamento de um curso de Especialização para o Ensino de Cegos, no Instituto de Educação "Caetano de Campos", em São Paulo, com duração de um ano.

Conforme a referida autorização, poderiam ser colocados à disposição do Instituto de Educação "Caetano de Campos", anualmente, no máximo dez(10) professores primários, sendo até cinco (5) da Capital e até cinco (5) do Interior do Estado, para freqüentarem tal Curso de Especialização sem prejuízo de vencimentos e das demais vantagens de seus cargos efetivos.

Em 4 de abril de 1962, através do Decreto no.39.957, Lei Estadual, o Curso de Especialização para o Ensino de Cegos do Instituto de Educação "Caetano de Campos", sofre uma reformulação. Com duração de um ano, o referido curso passa a ter o seguinte currículo e carga horária semanal (número de aulas):

1. Anatomia, Fisiologia, Patologia dos Olhos e Prevenção da Cegueira (2);

2. Orientação Vocacional e reabilitação (3);
3. Efeitos Psicológicos da Cegueira (4);
4. Braille (5);
5. Metodologia Especializada (5) e;
6. Arte (2).

Somente podiam se inscrever para seleção os candidatos portadores de diploma de normalista ou de certificados de curso superior. Para o magistério especializado apenas os primeiros seriam habilitados.

Os cursos de especialização ou de aperfeiçoamento, de nível de 2o. grau, funcionaram até 1972, quando foram extintos nos termos da Deliberação CEE no.15/71, pela qual “os cursos para formação de professores de excepcionais deveriam ser de nível superior de curta duração”. Atendendo ao que dispôs a Coordenadoria do Ensino Básico e Normal, em sua Portaria CEBN de 21/01/72, tais cursos de especialização, existentes nos estabelecimentos oficiais, funcionaram em 1972 apenas para concluir as turmas iniciadas em 1971.

Em 1972 foi instalado no Estado de São Paulo o primeiro curso de formação de professores de excepcionais (área de ensino de deficientes mentais) do país, em nível superior, como habilitação específica do Curso de Pedagogia. Tal iniciativa se deveu à Faculdade Pestalozzi de Ciências, Educação e Tecnologia, na cidade de Franca (SP).

Com a promulgação da Lei no.4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Conselho Federal de Educação passou a definir “currículos mínimos” para vários cursos, inclusive o de Pedagogia. Em razão disso, pelo

Parecer CFE no.251/62, de autoria do Conselheiro Valmir Chagas, o Curso de Pedagogia, passa a ter nova regulamentação.

Na nova estrutura do curso, foram mantidos o Bacharelado e a Licenciatura, mas ambos com duração de quatro anos. No currículo mínimo definido para o curso, incluíam-se Didática e Prática de Ensino para os alunos interessados na Licenciatura.

Uma outra regulamentação, ainda vigente, foi aprovada em 1969 pelo Conselho Federal de Educação para adequar-se à Reforma Universitária instituída pela Lei no. 5.540/68. Através do Parecer CFE no.252/69, de autoria de Valmir Chagas, o curso de Pedagogia foi estruturado de modo a formar docentes e especialistas de educação mediante habilitações específicas definidas pelo CFE ou propostas pelas Instituições de Ensino Superior. Objetivando o preparo dos profissionais para a Educação, o Curso de Pedagogia passou a ter uma parte comum, constituída de matérias básicas à formação de qualquer profissional na área e outra diversificada segundo a especialização pedagógica aprovada.

Pelo Parecer 252/69, foi abolida a distinção entre Bacharelado e Licenciatura, conduzindo o curso de Pedagogia a um único título: Licenciado em Pedagogia. Para todas as habilitações foi fixada a duração mínima de 5% de prática das atividades correspondentes às habilitações, sob forma de estágio supervisionado; exigindo-se, também, experiência de magistério para as habilitações em OE, AE, SE e IE.

Em 1972, o Parecer CFE 867/72 fixou a duração de experiência no magistério em não menos que um ano letivo, no caso de OE, e um semestre letivo nos demais casos. Foi estabelecido, pelo Parecer 252/69, o número máximo de duas

habilitações a serem obtidas com o diploma, sendo que para obter as demais, o aluno poderia retornar à instituição ou ir para outra escola.

O currículo mínimo obrigatório foi fixado com um “núcleo a desenvolver-se conforme o estilo e as possibilidades de cada instituição”. Para o Núcleo Comum do curso foram estabelecidas as seguintes disciplinas: 1) Sociologia Geral; 2) Sociologia da Educação; 3) Psicologia da Educação; 4) História da Educação; 5) Filosofia da Educação e 6- Didática.

Uma proposta de alteração do Curso de Pedagogia e das habilitações que o compõem foi apresentada e aprovada pelo CFE através de um conjunto de Indicações elaboradas, também, pelo Conselheiro Valmir Chagas. Tais Indicações CFE no.67/75, no.68/75, no.70/76 e 71/76, não foram, todavia, homologadas pelo Ministério da Educação e Cultura. A indicação CFE 67/75, geral e introdutória, discorre sobre os “Estudos Superiores de Educação”. Tais estudos são definidos como compreendendo a formação pedagógica das licenciaturas de conteúdo e os cursos ou habilitações destinados ao preparo, dentre outros, de professores para educação especial. As indicações no.68/75 e no.70/76 abordam, respectivamente, “A Formação Pedagógica das Licenciaturas” e “O preparo de Especialistas em Educação”. A indicação 71/76 focaliza “A Formação de Professores para Educação Especial”.

Como resultado da Lei no.5.540/68, artigo 17, e do Parecer CFE no.252/69, os Cursos de Especialização passaram a ocorrer a nível de 3o. Grau, ou seja, no ensino superior como curso de pós-graduação “lato sensu”. Nesta nova situação, os Cursos de Especialização ganharam um novo sentido, ou seja, não mais conduzindo à habilitação profissional, mas tendo “por objeto o aprofundamento de conhecimentos em disciplinas ou em área restrita do saber”. Sua realização

passou a ficar restrita aos estabelecimentos de ensino superior com Cursos de Graduação reconhecidos em cuja estrutura curricular conste área de estudos específicos ou com ela se relacione. A duração destes cursos foi fixada em 360 horas e a qualificação mínima adotada para o corpo docente passou a ser o título de Mestre ou titulação julgada suficiente pelo Conselho Estadual de Educação.

3. Deficiência Visual

3.1 Conceito

A deficiência visual refere-se a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A diminuição da resposta visual pode ser leve, moderada, severa, profunda (que compõe o grupo de visão subnormal ou baixa visão) e ausência total da resposta visual (cegueira). Segundo a OMS (Bangkok, 1992), o indivíduo com baixa visão ou visão subnormal é aquele que apresenta diminuição de suas respostas visuais, mesmo após tratamento e/ou correção óptica convencional, e uma acuidade visual menor que 6/18 à percepção de luz, ou um campo visual menor que 10 graus do seu ponto de fixação, mas que usa ou é potencialmente capaz de usar a visão para o planejamento e/ ou execução de uma tarefa.

3.2 Classificação

Há vários tipos de classificação. De acordo com a intensidade da deficiência, temos a deficiência visual leve, moderada, profunda, severa e perda total da visão. De acordo com comprometimento do campo visual, temos o comprometimento central, periférico e sem alteração. De acordo com a idade de início, a deficiência pode ser congênita ou adquirida. Se está associada a outro tipo, como surdez, por exemplo, a deficiência pode ser múltipla ou não.

3.3 Dados Estatísticos

Segundo a OMS – Organização Mundial de Saúde, cerca de 1% da população mundial apresenta algum grau de deficiência visual. Mais de 90% encontram-se nos países em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, a população com deficiência visual é composta por cerca de 5% de crianças, enquanto os idosos são 75% desse contingente. Dados oficiais de cada país não estão disponíveis.

3.4 Causas

De maneira genérica, podemos considerar que nos países em desenvolvimento as principais causas são infecciosas, nutricionais, traumáticas e causadas por doenças como as cataratas. Nos países desenvolvidos são mais importantes as causas genéticas e degenerativas. As causas podem ser divididas também em: congênitas ou adquiridas.

- Causas congênitas: amaurose congênita de Leber, malformações oculares, glaucoma congênito, catarata congênita.
- Causas adquiridas: traumas oculares, cataratas, degeneração senil da mácula, glaucoma, alterações retinianas relacionadas à hipertensão arterial ou diabetes.

3.5 Fatores de Risco

- Histórico familiar de deficiência visual por doenças de caráter hereditário, por exemplo: glaucoma.

- Histórico pessoal de diabetes, hipertensão arterial e outras doenças sistêmicas que podem levar a comprometimento visual, por exemplo esclerose múltipla.
- Senilidade, por exemplo: catarata, degeneração senil da mácula.
- Não realização de cuidados pré-natais e prematuridade.
- Não utilização de óculos de proteção durante a realização de determinadas tarefas (por exemplo durante o uso de solda elétrica).
- Não imunização contra rubéola da população feminina reprodutiva, o que pode levar a uma maior chance de rubéola congênita e conseqüente acometimento visual.

3.6 Identificação

Alguns sinais característicos da presença da deficiência visual na criança são desvio de um dos olhos, não seguimento visual de objetos, não reconhecimento visual de familiares , baixo aproveitamento escolar, atraso de desenvolvimento. No adulto, pode ser o borramento súbito ou paulatino da visão. Em ambos os casos, são vermelhidão, manchas brancas nos olhos, dor, lacrimejamento, flashes, retração do campo de visão que pode provocar esbarrões e tropeços em móveis.

Em todos os casos, deve ser realizada avaliação oftalmológica para diagnóstico do processo e possíveis tratamentos, em caráter de urgência.

3.7 Diagnóstico

Obtido através do exame realizado pelo oftalmologista que pode lançar mão de exames subsidiários. Nos casos em que a deficiência visual está

caracterizada, deve ser realizada avaliação por oftalmologista especializado em baixa visão, que fará a indicação de auxílios ópticos especiais e orientará a sua adaptação.

Cuidados com a visão

Prevenção é a solução.

1. Não esfregue os olhos com as mãos.
2. Use lenços e toalhas individuais limpas.
3. Tome cuidado com objetos pontiagudos.
4. Não deixe materiais de limpeza caírem nos olhos. Caso isso ocorra, lave imediatamente com água corrente por 10 minutos e procure socorro o mais rápido.
5. Ao assistir televisão, mantenha uma certa distância e deixe sempre uma luz fraca acesa.
6. Quando estiver trabalhando ou estudando evite luz muito intensa ou fraca demais.
7. Não use óculos, colírio e pomadas sem recomendação médica.
8. Evite olhar diretamente para o sol.

3.8 Os cuidados com a visão das crianças

Uso de óculos

Sintomas na criança que pode estar precisando usar óculos:

1. Dor de cabeça durante ou após a leitura.

2. Franzir a testa para olhar à distância.
3. Aproximar-se muito dos livros para ler.
4. Desinteresse por leitura.

Cuidados no Trânsito

1. O uso do cinto de segurança é indispensável também dentro da cidade.
2. Crianças de até 12 anos de idade devem estar sempre no banco traseiro.
3. Jamais leve a criança, de qualquer idade, no colo.

Cuidados Domésticos

1. Não deixe ao alcance de crianças objetos cortantes ou pontiagudos.
2. Cuidado para não deixar produtos de limpeza atingir os olhos.
3. Muitas plantas domésticas podem causar sérios problemas se atingirem os olhos.
4. Pais que fumam nunca devem segurar seus filhos com o cigarro aceso.

Lembretes Importantes

1. O exame de vista pode ser feito em crianças de qualquer idade.
2. Não faz mal usar bastante a vista (ler, escrever, ver televisão).
3. Não se deve esperar que uma criança com catarata cresça para ser operada.
4. Nunca use colírio caseiro.
5. Só use o colírio com orientação médica.

Cuidados na Gravidez

O cuidado mais importante que se deve ter é seguir corretamente o pré-natal, evitando assim, problemas de visão da mãe e do filho que vai nascer.

Doenças como Rubéola e Toxoplasmose, podem causar cegueira e problemas neurológicos na criança.

Cuidados com o Bebê

As conjuntivites podem aparecer nos primeiros dias de vida do bebê, e devem ser examinadas pelo médico para que o tratamento seja correto.

Toda criança que apresenta mancha branca na menina dos olhos, muito lacrimejamento, olhos que balançam muito de um lado para o outro, deve ser levada com urgência ao oftalmologista.

Ambliopia

Uma situação onde a visão da criança não se desenvolve, tornando-se fraca em um olho ou mesmo nos dois olhos. O método mais simples e eficiente para se corrigir a ambliopia é o uso do tampão (oclusão) no olho bom, para forçar o olho mais fraco a enxergar mais.

Vesguice ou Estrabismo

Se notar olho torto, leve a criança depressa a um Posto de Saúde. Estrabismo deve ser tratado e quanto mais cedo melhor. Algumas doenças graves podem acusar estrabismo.

Problemas que podem afetar sua visão

Retinopatia Diabética

Atinge freqüentemente as pessoas que são diabéticas, devido ao aumento de açúcar no sangue. Pode afetar várias partes do organismo, inclusive os olhos, e levar à cegueira por várias maneiras:

1. Formação de Catarata.
2. Deslocamento de Retina.
3. Glaucoma.
4. Hemorragia de fundo de olho.

Deslocamento de Retina*

É uma doença que pode ocorrer por traumatismo(batida), diabetes ou por alguma hemorragia na vista. Mas na maioria das vezes, é decorrente do envelhecimento das pessoas. Os sintomas mais comuns são: visão turva, sensação de um véu passando de cima para baixo em torno do olho.

* Retina é a camada do olho que percebe a luz.

Catarata

É uma doença que dificulta a visão, pois a pupila (menina dos olhos) torna-se opaca e esbranquiçada (a pessoa passa a ver vultos como uma névoa). Atinge geralmente pessoas acima dos 60 anos de idade. Antes disso uma pessoa pode ter catarata por várias causas, como:

1. Diabetes.

2. Glaucoma.
3. Acidentes com batida no olho.
4. Trauma de crânio.

O uso de colírio não ajuda na cura da catarata. Na maioria das vezes, ela estaciona num ponto em que não é necessário cirurgia. A catarata congênita atinge crianças recém-nascidas, cujas mães tiveram alguma doença na gravidez, como rubéola, toxoplasmose ou sífilis.

Ambliopia

Ocorre quando a visão, especialmente das crianças, é baixa e insuficiente em um olho ou nos dois. Isso pode acontecer mesmo a vista estando aparentemente normal. A principal causa que leva à ambliopia é o ESTRABISMO. O diagnóstico é fácil e o tratamento é simples. O oftalmologista mede separadamente a visão de cada olho e indica o uso de um tampão(oclusão) no olho bom, para forçar o olho mais fraco a enxergar mais.

Conforme o caso, pode ser necessário o uso de óculos. A ambliopia atinge 4 em cada 100 crianças, sendo que a metade delas são estrábicas. Esse mal deve ser descoberto e tratado desde cedo, antes da idade escolar, quando a visão está se desenvolvendo.

Glaucoma

É uma doença causada pelo aumento da pressão dentro do olho. Geralmente seu desenvolvimento não apresenta sintoma e, quando a pessoa vem a sentir diminuição da visão ou do ocular, a doença já está instalada.

Atinge pessoas com idade acima de 35 anos e o diagnóstico se faz através da medição da pressão do olho por um instrumento adequado, num exame rápido e indolor. Quando o glaucoma é descoberto logo no início, o tratamento é eficaz e a doença é controlada com o uso de colírio recomendado pelo médico, impedindo a sua evolução até a cegueira.

O "glaucoma congênito" é uma outra forma de glaucoma que atinge as crianças recém-nascidas.

Conjuntivite

É uma infecção nos olhos provocada por fatores externos (pó, fumaça, substâncias irritantes, vírus e bactérias), que se caracteriza por sensações de areia nos olhos, purgação (a pessoa amanhece com os olhos grudados), dificuldade de abrir os olhos na claridade, lacrimejamento e, às vezes pálpebras inchadas.

Deve-se tomar cuidado para evitar que se contamine o outro olho e as toalhas devem ser de uso individual e estarem limpas.

Pterígeo

É uma doença que surge nos olhos com o aparecimento de uma pele fina em cima do branco dos olhos (esclerótica) que vai crescendo em direção à menina dos olhos (pupila), causando geralmente ardor e queimação, deixando a vista incomodada quando exposta ao sol.

A tendência é que ela cresça lentamente e estacione, não havendo necessidade de cirurgia.

Essa doença atinge principalmente pessoas que trabalham em locais com muito sol, vento ou poeira.

4. O Especialista da Educação para Cegos

O professor de deficientes visuais deve possuir conhecimentos e habilidades para trabalhar tanto com alunos cegos como com os de visão subnormal e saber orientar que meios devem ser usados para fins de instrução, já que há a tendência de se incluir estes dois grupos em um mesmo recurso educacional. O programa de preparação de professores deve incluir um amplo fundo de educação geral, formação profissional comum e especializada. Além disso, devem ser-lhe proporcionadas experiências práticas integradas com a teoria.

Com relação a esta diretriz, ora se indica que o professor deve ser formado mediante um preparo básico de professor primário, complementado por uma especialização a nível de 2o. grau para uma das áreas específicas da educação especial, ora que deve ser habilitado em um curso superior de Pedagogia, ou especializado através de cursos de pós-graduação. Verifica-se através de leituras efetuadas que o professor da educação especial deve ser um profissional altamente qualificado, valendo-se de habilidades para atender ao educando, ou seja, a educação implica num relacionamento entre pessoas, de forma a exercerem influências recíprocas. Essa relação de pessoa-a-pessoa, em que uma ação recíproca se estabelece entre educador e educando, supõe, em princípio, que nenhum seja tratado como simples objeto ou seja diminuído; mas ao contrário, que cada um tenha o seu valor reconhecido.

4.1 O Instituto Benjamin Constant

O Instituto Benjamin Constant foi criado pelo Imperador D. Pedro II através do Decreto Imperial no.1.428, de 12 de setembro de 1854, tendo sido inaugurado, solenemente, no dia 17 de setembro do mesmo ano, na presença do Imperador, da Imperatriz e de todo o Ministério, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Este foi o primeiro passo concreto no Brasil para garantir ao cego o direito à cidadania.

Estruturando-se de acordo com os objetivos a alcançar, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi pouco-a-pouco derrubando preconceitos e fez ver que a educação das [pessoas cegas não era utopia, bem como a profissionalização.

Com o aumento da demanda foi idealizado e construído o prédio atual, que passou a ser utilizado a partir de 1890, após a 1a. etapa da construção. Em 1891, o instituto recebeu o nome que tem hoje: Instituto Benjamin Constant(IBC), em homenagem ao seu terceiro diretor.

Fechado em 1937 para a conclusão da 2a. e última etapa do prédio, o IBC reabriu em 1944. Em setembro de 1945 criou seu curso ginasial, que veio a ser equiparado ao do Colégio Pedro II em junho de 1946. Foi proporcionado, assim, o ingresso nas escolas secundárias e nas universidades.

Atualmente, o Instituto Benjamin Constant vê seus objetivos redirecionados e redimensionados. É um Centro de Referência, a nível nacional, para questões da deficiência visual. Possui uma escola, capacita profissionais da área da deficiência visual, assessora escolas e instituições, realiza consultas oftalmológicas à população, reabilita, produz material especializado, impressos em Braille e publicações científicas.

Estrutura

O Instituto Benjamin Constant – IBC, criado pelo Decreto Imperial no.1.428, de 12 de setembro de 1854, com a denominação dada pelo Decreto no.1.320, de 24 de janeiro de 1891, órgão específico singular dotado de autonomia limitada e centro de referência nacional na área da deficiência visual, subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Educação apresenta a seguinte estrutura administrativa:

1. Gabinete.
2. Departamento de Educação:
 - Divisão de Ensino.
 - Divisão de Assistência ao Educando.
 - Divisão de Atividades Culturais e de Lazer.
 - Divisão de Orientação Educacional, Fonoaudiológica e Psicológica.
3. Departamento Técnico-Especializado:
 - Divisão de Imprensa Braille.
 - Divisão de Pesquisa, Documentação e Informação.
 - Divisão de Pesquisa e Produção de Material Especializado.
 - Divisão de Capacitação de Recursos Humanos.
4. Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação:
 - Divisão de Pesquisa e Atendimento Médico, Odontológico e Nutricional.
 - Divisão de Orientação e Acompanhamentos.
 - Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional.
5. Departamento de Planejamento e Administração:

- Divisão de Pessoal.
- Divisão de Serviços Gerais.
- Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira.
- Divisão de Material e Patrimônio.

Competências

O Instituto Benjamin Constant tem as seguintes competências, de acordo com o Decreto no.2147, de 14 de fevereiro de 1997 e com a Portaria no.325, de 17 de abril de 1998.

I – subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação Especial na área da deficiência visual;

II – promover a educação de deficientes visuais, mediante sua manutenção como órgão de educação fundamental, visando garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas cegas e de visão reduzida, bem como desenvolver experiências no campo pedagógico, da área da deficiência visual;

III – promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área da deficiência visual;

IV – promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógicos, psicossocial, oftalmológico, de prevenção das causas da cegueira e de integração e reintegração à comunidade de pessoas cegas e de visão reduzida;

V – promover programas de divulgação e intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações tecnológicas na área de atendimento às pessoas cegas e de visão reduzida;

VI – elaborar e produzir material didático-pedagógico e especializado para a vida diária de pessoas cegas e de visão reduzida;

VII – apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino e as instituições que atuam na área da deficiência visual, em articulação com a Secretaria de Educação Especial – SEESP;

VIII – promover desenvolvimento pedagógico, visando o aprimoramento e a atualização de recursos instrucionais;

IX – desenvolver programas de reabilitação, pesquisas de mercado de trabalho e de promoção de encaminhamento profissional visando possibilitar, às pessoas cegas e de visão reduzida, o pleno exercício da cidadania;

X – atuar de forma permanente junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando o resgate da imagem social das pessoas cegas e de visão reduzida.

O Instituto Benjamin Constant desenvolve um amplo conjunto de ações que podem ser reunidos em três áreas:

- Atividades Pedagógicas;
- Atividades de Reabilitação e Atendimento Comunitário;
- Atividades de Pesquisa, divulgação, produção e Capacitação.

Atividades Pedagógicas

As atividades pedagógicas são desenvolvidas pelo departamento de Educação, que é a escola propriamente dita, responsável pelas seguintes ações:

Estimulação Precoce

Atende crianças cegas e de visão subnormal de zero a três anos de idade, através de programas individualizados. Objetiva o desenvolvimento global da criança enfatizando os sentidos remanescentes, ou seja, as percepções auditivas, táteis, olfativas e gustativas, priorizando as ações e interações motoras.

O trabalho é realizado por uma equipe multidisciplinar, contando com os seguintes profissionais: professores especializados, psicólogos, fonoaudiólogos, assistente social, pediatra e oftalmologista.

As crianças de visão subnormal têm atividades próprias para o desenvolvimento do resíduo visual. A partir dos dois anos de idade, as atividades também objetivam a socialização e a auto-suficiência básica.

No atendimento à criança, os pais são orientados quanto à melhor forma de trabalhar com seu filho.

Jardim de Infância

Atende a crianças de 4 a 6 anos e seu objetivo fundamental consiste em enriquecer e ampliar o universo de significação do aluno, através de vivências psicomotoras, cognitivas e sócio-afetivas integradas, buscando o desenvolvimento geral, a socialização e a preparação para a vida acadêmica.

A educação psicomotora permeia todo o trabalho do Jardim de Infância. Toda a aprendizagem se dá através de experiências vivenciadas, isto é, nunca transmitidas apenas verbalmente. Brincando, a criança experimenta uma gama variada de situações, sensações e sentimentos, que vão estruturando-a como ser.

Correr, pular, saltar, mexer com areia, argila, água, terra, contatar outras crianças e outros espaços, vivenciar o espaço interior e exterior. Pensar criticamente

os fatos do seu cotidiano, brincar, dançar, cantar, ouvir, falar, plantar, colher, produzir seu alimento, sair para a comunidade, enfrentar suas limitações sensoriais, estabelecer regras para o convívio social e respeitá-las constituem aspectos fundamentais do trabalho desenvolvido no Jardim de Infância do IBC, onde as atividades são traçadas a partir da expressão espontânea da criança, de acordo com seu estágio de desenvolvimento.

Classes de Alfabetização

Continuam o trabalho de desenvolvimento sensorial e de socialização dos alunos a partir dos 7 anos. A fase preparatória utiliza, principalmente, a manipulação de material concreto, em que a criança aprende a discriminar forma, tamanho, peso e textura. Quando de visão subnormal, aprende a discriminar cores.

A alfabetização dos alunos cegos é feita através de leitura e escrita no Sistema Braille, quando são utilizadas máquinas Braille (Perkins Braille) ou reglete e punção. Os alunos de visão subnormal utilizam tipos ampliados e outros recursos, ópticos ou não, adequados à sua condição visual. Nessa fase escolar, os alunos são divididos em turmas de crianças cegas e turmas de crianças de visão subnormal.

Além das classes regulares de alfabetização, o atendimento é estendido a alunos com maiores dificuldades de aprendizagem. Esse atendimento está sendo desenvolvido através de um programa diferenciado experimental, tendo como objetivo a integração a uma classe regular de alfabetização. Caso não seja possível superar as defasagens, o aluno será trabalhado para atingir uma alfabetização funcional (escrita e leitura).

Ensino de 1o. Grau (1a. a 8a. série)

Atende, através de atividades pedagógicas envolvendo as mesmas disciplinas da grade curricular do ensino de 1o. grau não especializado. Visa a proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, objetivando dar-lhe condições de inserção no ensino de 2o. grau da rede regular. Além disso, são realizadas atividades específicas nas áreas de orientação e mobilidade, educação visual, utilização de recursos especiais, atividades da vida diária e grafo-motoras, datilografia, utilização de computadores, assinatura do nome para os alunos cegos e preparação para o trabalho.

No Jardim de Infância, nas classes de alfabetização e nas primeiras séries do 1o. grau, por necessidades trazidas pelas adaptações necessárias e pelo respeito ao ritmo de cada aluno, as turmas são constituídas por um número que varia entre 5 e 8 alunos.

Todos os alunos do IBC, do Jardim de Infância à 8a. série, são atendidos em horário integral. Destes alunos, cerca de 40%, por razões sociais e econômicas, são internos, tendo saída somente nos finais de semana.

Educação Física

Atende a todos os alunos e reabilitandos matriculados no IBC, desde a estimulação essencial. Enfatiza o conhecimento e domínio corporal e busca, através de atividades lúdicas e esportivas, servir como importante elemento de desenvolvimento geral aumentando o potencial de experimentação corporal de

situações de aprendizagem e de aquisição de conceitos básicos. Desenvolve a auto-confiança, a auto-iniciativa e a auto-estima, além de atuar como elemento facilitador de um desenvolvimento motor adequado e propiciador de situações de interação social.

As instalações para a prática da educação física e de esportes compreendem duas piscinas, quadra poliesportiva, área de luta para judô, aparelhagem de musculação, salão de ginástica e de goalball, sala de dança, sala de recreação, pista de atletismo e campo de futebol. O IBC possui uma equipe desportiva, desenvolvendo o futebol de salão, a natação, o judô, o atletismo, o xadrez, o thorbball e o goalball¹. Seus alunos têm alcançado excelentes resultados em campeonatos nacionais e internacionais.

Ensino Musical

Inserido desde o Jardim de Infância e classes de alfabetização, atua como elemento formativo, visando a ampliação do diálogo do aluno com os elementos da linguagem musical; propicia situações para que o aluno se expresse a partir de seu esquema corporal e de sua relação com o espaço e o tempo, ampliando, qualitativa e quantitativamente, as experiências sensoriais afetivas e cognitivas.

No ensino de 1o. grau, a educação musical atua como um espaço para a sondagem de aptidão na área, promovendo a equiparação de seus cursos com

¹ Goalball e Thorball – Modalidades esportivas inventadas e desenvolvidas especificamente para atletas portadores de deficiência visual e praticados com uma bola sonora.

iniciação musical, musicalização, teoria e solfejo, teclado, instrumentos de corda, instrumento de sopro e canto coral.

O Instituto Benjamin Constant possui um coral de expressivo conceito, formado por alunos reabilitandos, ex-alunos, professores e funcionários. O primeiro CD com gravações exclusivas do Coral do IBC foi lançado na semana comemorativa dos 142 anos da instituição(setembro de 1996).

Programa Educacional Alternativo

O Departamento de Educação desenvolve ainda atividades com crianças e jovens que, além da deficiência visual, apresentam diagnóstico de outra deficiência associada, ou um grande atraso generalizado no desenvolvimento com hipóteses de múltipla deficiência. O objetivo é proporcionar oportunidades para o pleno desenvolvimento do aluno, e sua integração e participação em seu grupo social (família, escola e comunidade), permitindo maior independência e autonomia. A esses alunos são oferecidas as mesmas atividades propiciadas aos demais: educação física, atividades da vida diária, música, musicoterapia, orientação e mobilidade, preparação para o trabalho, além de um currículo individualizado para se adaptar às necessidades de cada aluno.

Atividades Culturais e de Lazer

O Departamento de Educação planeja e realiza atividades nas áreas cultural e de lazer, comemora datas cívicas previstas no calendário escolar, envolvendo alunos, professores e demais setores da instituição.

Biblioteca Louis Braille

Conta com um acervo de títulos didáticos, informativos e culturais, e de lazer impressos no Sistema Braille, à tinta e gravados em fitas cassetes. No seu setor do livro falado, a Biblioteca possui salas de leitura, seção infantil, cabines individuais destinadas à audição, cabines e estúdio para gravação de livros falados. Conta, ainda, com o serviço de leitores voluntários, que propicia um considerável aumento da qualidade de informações que podem ser captadas pelos usuários cegos.

Para atender às pessoas de visão subnormal, a biblioteca conta com aparelhagem de TV em circuito fechado, a CCTV, que aumenta os tipos impressos em até 60 vezes.

O Museu

O Museu do Instituto Benjamin Constant procura resgatar e conservar a história e a tradição do instituto, através de documentos, quadros, esculturas, mobiliários, objetos, fotos, filmes, recursos especializados e maquinário utilizados desde a fundação da primeira instituição de educação de pessoas portadoras de deficiência visual na América Latina.

Atividades de Reabilitação e Atendimento Comunitário

O Departamento de Estudos e Pesquisas médicas e de Reabilitação (DMR) atua na reabilitação terapêutica, social, na preparação para o trabalho, no encaminhamento e acompanhamento profissional, tendo como objetivo maior propiciar aos portadores de deficiência visual condições de integração social. Tem

também suas ações voltadas para a prevenção às causas da cegueira, possuindo um centro de atendimento oftalmológico e de estudos científicos conceituado em todo o país; além disso promove a execução das atividades médico-odontológicas e nutricionais, voltadas ao processo de ensino aprendizagem.

Os candidatos à matrícula no IBC (alunos ou reabilitandos) são encaminhados a vários setores para entrevistas com assistente social e psicólogo, avaliações clínico-oftalmológico-odontológico e nutricionais.

A avaliação nutricional compreende exames laboratoriais, anamnese alimentar, além de avaliação de peso e altura. Após essa avaliação física, pais, responsáveis e candidatos são entrevistados por um psicólogo e depois por uma assistente social. Terminadas todas as avaliações, uma equipe interdisciplinar encaminha o candidato à vaga.

Os alunos e reabilitandos com visão subnormal são atendidos por uma equipe composta por oftalmologista e pedagogos, que fazem treinamento utilizando-se dos seguintes recursos ópticos: CCTV, telessistemas, régua planas e convexas, lupas manuais, lupas de mesa e luminárias.

Os reabilitandos são encaminhados à reabilitação e à preparação para o trabalho, onde se avalia a necessidade de cada um, e se determina a programação a ser desenvolvida: orientação e mobilidade, atividade da vida diária, leitura e escrita no sistema Braille, técnicas de cálculo no sorobã, escrita cursiva e datilografia.

Na área de preparação para o trabalho são atendidos, tanto alunos quanto reabilitandos, nas seguintes atividades: desenvolvimento de habilidades básicas; afinação de piano; empalhação; marcenaria; artesanato; perfumaria; artigos de higiene pessoal e limpeza; metais; reciclagem de papel; massoterapia (curso de capacitação e habilitação profissional); capacitação de usuários de computadores

equipados com sintetizador de voz e software do sistema "DOSVOX", que permite à pessoa cega a leitura da tela do computador.

Em parceria com a Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social do Estado do Rio de Janeiro – SINE-RJ – desenvolve a capacitação profissional através do Programa Pessoa Portadora de Deficiência, onde são ministrados diversos cursos.

Em parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Viva Rio, SEBRAE-RJ, Fundação Roberto Marinho e entidades representativas das indústrias dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, oferece à pessoa portadora de deficiência visual o TELECURSO 2000, a nível de 1o. grau.

O Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação vem desenvolvendo projetos de abertura do mercado de trabalho, onde já tem colocado alunos e reabilitandos nas funções de arquivista, massagista, operador de revelação de raio X, telemarketing e jardineiro e operador de rádio chamada.

Além disso, o departamento oferece curso de especialização em oftalmologia clínica e cirúrgica, com carga horária de 2.020 horas /aula e com duração de dois anos, mediante convênio com a UNI-RIO e com a Sociedade Brasileira de Oftalmologia (SBO) e presta atendimento oftalmológico, ambulatorial e cirúrgico à comunidade nas especialidades de úvea, vias lacrimais, glaucoma, córnea, estrabismo, plástica de oílita, retina e visão subnormal.

O IBC está desenvolvendo um projeto piloto na área de reabilitação com pessoas surdocegas. Atividades da vida diária, orientação e mobilidade, Sistema Braille, além da linguagem gestual percebida pelo tato, são alguns dos enfoques da intervenção realizada.

Atividades de Pesquisa; Divulgação e Capacitação

O Departamento Técnico Especializado (DTE) planeja, coordena, orienta e supervisiona a execução de atividades técnicas nas áreas de pesquisa, produção e distribuição de documentos de informação e de material especializado para as ações acadêmicas e para as atividades da vida diária. Atua na produção, no registro e na divulgação do conhecimento construído nas questões relativas às pessoas portadoras de deficiência visual, além de transcrever, imprimir e distribuir material impresso no Sistema Braille.

A Imprensa Braille

Primeira do Brasil (fundada em 1863), produz impressos, livros didáticos e técnicos, suprindo diversas escolas e entidades em todo o país. Ali também são produzidos, no Sistema Braille, calendários, instruções de utilização de produtos e serviços, alfabetário, cédulas eleitorais, entre outros.

A Imprensa Braille possui maquinário informatizado para editoração e impressão no Sistema Braille, além de recursos próprios para a encadernação de sua produção.

O Instituto Benjamin Constant edita e distribui as duas únicas revistas informativas periódicas impressas em Braille no Brasil. A Revista Brasileira pa Cegos(RBC), com cerca de 2.000 assinantes em todo o país, e a Pontinhos, destinada ao público infanto-juvenil. Além da distribuição nacional, a RBC é distribuída para mais 23 países.

Capacitação de Recursos Humanos

São oferecidos cursos de curta duração nas áreas de ensino do Sistema Braille, sorobã, alfabetização, orientação e mobilidade, atividades da vida diária, produção e utilização de material especializado e técnicas e métodos de ensino ao aluno de visão subnormal. Esses cursos têm como alvo a comunidade em geral, incluindo as famílias dos alunos da instituição.

O curso de capacitação de professores, com carga horária de 600 horas/aula, é oferecido às secretarias estaduais e municipais de educação e às instituições de todo o país voltadas ao atendimento educacional da pessoa portadora de deficiência visual, e tem como objetivo preparar docentes para uma prática pedagógica eficaz, frente ao aluno cego ou de visão subnormal. Além dos cursos realizados em suas dependências, O IBC envia seus técnicos para ministrarem cursos em universidades, secretarias de educação e instituições de diversos estados do Brasil, como também oferece estágios a acadêmicos e profissionais envolvidos com a problemática da deficiência da visão.

Material Especializado

Através de sua Divisão de Material Especializado, o Departamento Técnico Especializado pesquisa, produz, adapta e distribui, para todo o Brasil, diversos materiais utilizados nas atividades pedagógicas e nas atividades da vida diária das pessoas cegas e de visão subnormal.

Constituem importantes recursos didáticos os trabalhos em relevo, produzidos em lâminas de PVC: mapas, plantas baixas, gráficos, tabelas, ângulos, formas geométricas e diversos outros temas reproduzidos a partir de uma matriz

num aparelho chamado “thermoform”. Esses materiais recebem uma coloração forte e contrastante para que possam ser utilizados por pessoas de visão subnormal.

São pesquisados, produzidos e distribuídos materiais para a escrita e desenho em relevo, figuras geométricas tridimensionais, material para a aquisição de conceitos de tamanho, forma textura e cor, relógios didáticos em relevo, fitas métricas, trenas e balanças adaptadas, material didático adaptado ao aluno de visão subnormal, entre outros itens.

O IBC pesquisou e desenvolveu projeto para a produção de materiais escolares básicos para as pessoas portadoras de deficiência visual no Brasil. Atualmente, o instituto distribui regletas, punções, e sorobãs de qualidade superior. O projeto de produção das regletas foi desenvolvido em convênio com o Instituto Nacional de Tecnologia – INT.

Cabe ainda ao DTE dar subsídios técnicos às instituições que atendem às pessoas portadoras de deficiência visual em todo o país, tais como: o Museu Histórico Nacional, o Museu de Belas Artes, o Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, o Colégio Pedro II, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, escolas de 1o. e 2o. graus de vários estados do Brasil.

No âmbito desse departamento foi criado o Centro de Pesquisa, Documentação e Informação – IBCENTRO. Este setor, além de produzir, editar e distribuir a Revista Benjamin Constant, é responsável pela centralização das ações de pesquisa, possuindo um vasto acervo de livros técnicos, teses, monografias e dissertações impressos em tipos comuns, em Braille, em fitas de áudio-cassete e em disquetes de computador, disponíveis para todos aqueles que desejam atuar no campo da investigação científica e produção de conhecimento na área.

O Instituto Benjamin Constant possui ainda, ligado diretamente ao gabinete da Direção – Geral e em convênio com o Centro de Computação Eletrônica – NCE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, um Laboratório de Pesquisa em Computação Eletrônica, com dez computadores equipados com Sistema DOSVOX, programa e periféricos que permitem a utilização de qualquer computador pessoal por pessoas cegas, através de voz sintetizada.

4.2 Os Especialistas do Instituto Benjamin Constant

Visando verificar a atual situação dos professores que atuam em educação especial, foram colhidas declarações de dois professores especialistas da área educacional de cegos do Instituto Benjamin Constant.

A pergunta se baseia na formação ideal para o professor especialista para a educação de cegos e as respostas abaixo relato.

Professor: Lucindo Filho

R: Inicialmente , cabe destacar que quanto ao conteúdo, a educação de educandos com necessidades educativas especiais na área da visão, não difere da educação de qualquer outro educando.

A mim, inicialmente o professor seja ele da educação infantil ou educação fundamental ou mesmo superior, necessita ter a formação profissional necessária para a educação de qualquer aluno em geral. A diferença reside na metodologia de atendimento e na metodologia pedagógica ou seja nos recursos de apoio. No caso de um professor que lide com o aluno com deficiência visual, além da formação geral, ele precisará do domínio do Braille, da simbologia específica, do uso de recursos

didáticos apropriados como mapas em relevos ou no caso de educandos com visão reduzida de utilizar textos com caracteres ampliados. Ajudando este professor de sala de aula estarão outros profissionais que propiciarão ao cego o desenvolvimento da independência em seus movimentos através da orientação e mobilidade, da aprendizagem do uso da bengala e inúmeras outras atividades que propiciarão ao cego a integração no meio social.

Professora: Elise de Melo B. Ferreira

A educação é a via mais segura para o homem crescer. Esse crescimento manifesta-se em vários níveis e detém aspectos gerais e também particulares. Ao educar-se uma criança cega, faz-se necessário buscar entender sobre sua percepção e investir-se em meios próprios para que esse processo se efetive e alcance o êxito almejado – a construção do conhecimento.

Assim, não basta somente ser um especialista da educação, mas o mesmo deve adequar-se com recursos didáticos fundamentais que o auxiliem na prática educadora. A adequação dos recursos didáticos promove o ajustamento do aluno à classe, estendem a ação docente e, na atualidade, constituem um veículo de integração do aluno cego na escola. O material didático é uma questão de percepção do professor. Ele tem utilidades diferentes, funções específicas, porém, ele será, sem dúvida, um meio poderoso de que se valerão educandos e educadores especializados para conseguirem o sucesso nos empreendimentos acadêmicos.

5. Conclusão

As pesquisas mostram que o que temos em nossa realidade, de fato, é uma descaracterização crescente nos cursos de formação de professores. O mesmo ocorre com as Licenciaturas em geral, estas ocupando nas universidades um lugar de “curso menor” e sendo oferecidas, em sua maioria, por instituições de ensino superior cuja qualidade é, no mínimo, discutível.

Outro fator que vem recentemente apontado é a falta de livros escritos com vistas ao apoio à formação dos professores, livros com conteúdos básicos e metodológicos de ensino. Vale lembrar que nas outras áreas acadêmicas é vasto o acervo de referência para formação profissional específica.

Os professores especialistas na área da deficiência visual, pelo o que pode ser verificado, não fazem distinção entre o ensinar o aluno cego e o aluno com visão subnormal, pois o desafio é o mesmo e a vitória é a certeza do aprendizado.

Não basta apenas contar com a habilitação específica da área para se lidar com alunos cegos, pois para um aprendizado completo eles precisam também ser acompanhados não só por professores mas também por outros especialistas, formando assim um conjunto de fatores que o auxiliem para desempenhar os papéis na sociedade.

A educação não pode ser do tipo bancária, onde o professor vai depositando conhecimento nos educandos e sim, no caso de professores especialistas, uma troca diária perfazendo o resultado do aprendizado no final desta relação.

Algo mais do que aprender, ou ensinar, o professor especialista da educação para cegos deve agir, interagir com seus alunos, pois os mesmos irão colher cada minuto de aprendizagem e utilizá-lo quando for necessário.

Ressalto que torna-se necessário fazer, por parte dos governos uma ampla divulgação destes profissionais, o que eles fazem, o papel que desempenham; procurando atrair pessoas que possam participar destas atividades educacionais visando o bem estar de todos.

Referências Bibliográficas

- MASINI, Elcie F. Salzano. O Perceber e o Relacionar-se do Deficiente Visual.
Brasília: CORDE, 1994.
- SOMBRA, Luzimar Alvino. Educação e Integração Profissional de Pessoas Excepcionais. Análise da Legislação. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado da UFRJ, 1983.
- TELFORD, Charles W. & SAWREY, James M. O Indivíduo Excepcional. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Bibliografia

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de Professores e Carreira: Problemas e Movimentos de Renovação. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglei. A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuição para uma Reflexão sobre o tema. São Paulo: Mamnon – Editora SENAC, 1997.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial. São Paulo: EPU, 1993.

<http://www.entreamigos.com.br/temas/defvisu/inbadev.htm>

WWW.MEC.GOV.BR.IBC